

Vale: a acionistas, Silveira pede Mantega no comando

Ministro diz que Lula não quer o economista no Conselho, mas como CEO da mineradora. Nome de Murilo Ferreira, ex-presidente da empresa, é ventilado. Comitê de Pessoas deve se reunir hoje para dar início ao processo de sucessão

Incumbido pelo presidente Lula da missão de emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega na Vale, Alexandre Silveira, atual titular da pasta de Minas e Energia, já arregaçou as mangas e começou a operar oficialmente. Segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim, Silveira ligou para mais de um acionista importante da mineradora.

Falando em nome do presidente da República, o ministro foi claro: Lula não quer um assento para Mantega no Conselho de Administração (são 13 vagas), mas o principal cargo exe-

cutivo da empresa, cuja remuneração anual é de cerca de R\$ 60 milhões. O peista insiste em ter o ministro da Fazenda à frente da empresa, privada há quase 30 anos, por considerar que o companheiro foi tremendamente ijuatizado.

É esperada para hoje uma reunião do Comitê de Pessoas e Remuneração da companhia, que dará início ao processo de sucessão de Eduardo Bartolomeo na presidência da Vale. A decisão final sobre sua recondução ou sua substituição será tomada pelo Conselho de Administração como

um todo, em votação.

Apesar do aumento das pressões do governo federal para emplacar Mantega no comando da Vale, parte dos acionistas da mineradora discute a indicação de Murilo Ferreira, presidente da companhia entre 2011 e 2017, como substituto de Bartolomeo. O nome de Ferreira vem sendo ventilado desde a semana passada, inclusive entre alguns membros do Conselho de Administração, disse uma fonte que pediu anonimato.

Na semana passada, veio a público uma articulação alternativa por parte do go-

verno. Nela, Mantega seria indicado como membro do Conselho, já que dificilmente o currículo do ex-ministro seria avalizado pela consultoria de recrutamento para o cargo de CEO. Em troca, o governo aceitaria a renovação do mandato de Bartolomeo.

SEM AVAL DO PLANALTO

A articulação, contudo, teria partido de uma ala do governo, mas não teve o aval do Palácio do Planalto. O plano dependeria da renúncia de algum dos 13 atuais membros do Conselho da Vale, o que também

poderia ser um obstáculo. O governo detém apenas 8% de participação da Vale, via Previ. Com a pulverização do capital e a saída do BNDES da mineradora, em 2021, o governo perdeu influência direta sobre a empresa, mas ainda tem poder indireto, porque mineradoras dependem de concessões, desde lavras de minas, passando por licenciamento ambiental e operações de ferrovias.

Além disso, o ministro da Fazenda lembrou o discurso de Lula na semana passada, em

Pernambuco, quando o presidente defendeu a retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima, que esteve no centro das denúncias da Lava-Jato. —Juntando aquela fala do presidente com essa tentativa de avanço real de hoje sobre a Vale, dá para pensar que ele ultrapassou todos os limites. Procurada, a Vale não deu detalhes sobre os próximos passos da sucessão. Reiterou, apenas, as regras da política de sucessão, anunciadas em comunicado divulgado em 30 de novembro do ano passado. (Vinicius Neder)

Governo prepara portaria para simplificar carreiras

Objetivo é reunir cargos do funcionalismo em 20 blocos. Hoje, são cerca de 150 carreiras, com regras distintas e atribuições próprias

RENAN MONTEIRO
@renanmonteiro

Na esteira da discussão de uma Reforma Administrativa, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) vai publicar, ainda neste mês, uma portaria prevendo diretrizes para uma ampla reorganização das carreiras do funcionalismo federal. Hoje, existem 150 carreiras diferentes. Cada quadro funcional do Executivo tem regras específicas de organização e progressão de carreira, por exemplo.

O governo quer criar algo em torno de 20 blocos de carreiras. Cada um deles abarcaria diferentes cargos, mas que têm o mesmo nível salarial e tempo de progressão. Por exemplo, Funai, Ibama e ICMBio têm diferentes carreiras, mas que podem ficar no mesmo bloco, com os salários tendo o mesmo aumento ao longo do tempo.

Na atual conjuntura, dois engenheiros exercendo a

mesma função, em diferentes órgãos, podem ter níveis salariais distintos, um inclusive recebendo mais do que o outro. Essa diferença de regras faz com que haja pouca rotatividade entre os órgãos. A portaria valerá para todos os órgãos da administração pública direta, aqueles que dependem do Orçamento da União. Uma nova sistematização de cargos precisa passar pelo Legislativo. Para isso, o governo quer centralizar uma proposta junto com os órgãos e entidades.

—Na medida em que houver, e se houver, adesão das entidades, das unidades dos órgãos, a gente pode ir evoluindo para uma normatização mais efetiva, por projeto de lei —explicou o secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso.

Esse movimento está no escopo do que o Ministério da Gestão, comandado por Esther Dweck, entende por Reforma Administrativa. Carlos Ari Sundfeld, profes-



Expansão dos ministérios. A portaria do Ministério da Gestão e da Inovação sairá neste mês e valerá para todos os órgãos da administração pública direta

sor titular da FGV Direito SP, vê a pulverização das carreiras como um problema de eficiência. Na prática, o servidor fica limitado a um mesmo ambiente profissional, avalia. —Esse problema é solucionado juntando as carreiras. Diminuindo (a pulverização) para que elas sejam carreiras inseridas em uma administração geral. Os servidores podem circular. Algumas carreiras já são assim, e preciso aumentá-las. —Se você tem carreiras muito compartimentadas, você não consegue “descolar” a mão de obra. Começa a faltar gente em um

lugar e sobrar em outro. Isso diminui a eficiência (do serviço público).

IGUALDADE DE TRATAMENTO

O governo trabalha com dois pilares na organização das carreiras. O primeiro é a transparência e a igualdade no tratamento, já que carreiras inseridas em um único bloco ficarão sob o mesmo arcabouço regulatório. O segundo é a ampliação de competências, pois os servidores terão atribuições interdisciplinares e não ficarão presos a um rol de tarefas específicas até a aposentadoria.

Em paralelo, está sendo discutida internamente a possibilidade de reduzir o salário inicial de novos servidores concursados (para os anos futuros), de forma a aproximar as remunerações de entrada com as do setor privado. —Em algumas carreiras, você não precisa ter estabilidade, porque não são fusão de Estado. Um auditor fiscal, carreiras reguladoras ou de fiscalização são funções de Estado, mas uma atividade de área-meio (cargos administrativos, por exemplo) não necessariamente seria uma função de Estado. Ela

poderia ser terceirizada, entrar via CLT —defende Cristiane Schmidt, conselheira do Banco Mundial e ex-secretária de Economia de Goiás. A portaria preparada pelo Ministério se encaixa na estratégia do governo de tocar uma Reforma Administrativa fatiada e por projetos de lei e outros instrumentos, e evitar o avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele quer avançar com a PEC enviada pelo governo Jair Bolsonaro em 2022. A gestão Lula é contrária a isso.

‘Temos que voltar a produzir navios’, diz Mercadante

Presidente do BNDES promete liberar R\$ 2 bi do Fundo da Marinha Mercante e defende embarcações com combustível sustentável

VINICIUS NEDER
@vini_neder

O presidente do BNDES, Abilio Mercadante, defendeu o apoio do banco à indústria naval, dias após o governo federal lançar, em Brasília, uma nova política industrial, que promete R\$ 300 bilhões em financiamentos até 2026. Segundo o executivo, os desembolsos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), operado pelo banco, vão dobrar para R\$ 2 bilhões neste ano.

O BNDES será o co-chefe do novo programa, com R\$ 250 bilhões do valor total, parte em crédito subsidiado, que

levantou dúvidas entre investidores do mercado financeiro e suscitou críticas de economistas, que alertaram para o custo fiscal elevado e o retorno duvidoso dos subsídios. O banco defende que não haverá custo extra para o Tesouro.

—Já tivemos uma forte injeção da construção naval nos anos 1970. O Brasil hoje é um dos três países que constroem aviões. Temos que voltar a produzir navios, mas o navio do futuro, porque é isso que vai ser exigido nos próximos anos —afirmou Mercadante, no Rio, após cerimônia de lançamento do BNDES Azul, conjunto de iniciativas

do banco para apoiar “o fortalecimento da indústria naval e o incentivo à descarbonização da frota marítima”.

PAÍSES TÊM META ATÉ 2030

A referência ao “navio do futuro” se deve a uma “oportunidade” identificada por Mercadante. Conforme o presidente do BNDES, as metas da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês), que prevêem muitas paí- ses, que não descarbonizarem suas frotas até 2030, exigirão obras em embarcações antigas, para converter seu combustível para renovável, e a construção de novas, já com

combustíveis verdes.

—Até 2030, 40% da frota marítima mundial têm que ter combustível renovável. Isso significa que temos uma grande oportunidade. O Brasil, como tem especialidade em etanol e biocombustíveis, pode sair na frente e ocupar a liderança —disse Mercadante.

Ele prometeu ainda lançar mão do FMM, do qual o BNDES é o operador, para ampliar os financiamentos para a indústria naval. No ano passado, foram liberados R\$ 1 bilhão do FMM e, em 2024, o valor poderá chegar a R\$ 2 bilhões, disse o executivo.

Formado com recursos de uma taxa federal obrigatória cobrada sobre o frete marítimo, o FMM tem juros subsidiados, abaixo dos de mercado, definidos em decreto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) —após a mudança da taxa de juros do

BNDES, em 2018, esta continuou como uma das poucas fontes de crédito subsidiado operadas pelo banco, ao lado do crédito rural. A indústria naval teve ciclos de altos e baixos no Brasil ao longo das décadas. O último movimento de expansão se deu nos governos anteriores do PT, quando a forte expansão das encomendas da Petrobras, que executava um plano de investimentos bilionário, e os financiamentos subsidiados do BNDES garantiam a demanda. A crise financeira enfrentada pela petroleira estatal, na esteira das investigações da Operação Lava-Jato, e o fim dos subsídios no crédito geral do banco de fomento deixaram os estaleiros no vermelho. Assim como havia ocorrido nos anos 1980, houve queda de empresas do setor.



REUTERS/ALAN HENNINGSEN

Miriam Leitão está de férias. A coluna estará de volta em 11 de fevereiro